

1) No último dia 5 de abril, o senhor esteve em audiência com o presidente da república, prefeitos do Pará e o ministro da justiça Anderson Gustavo Torres. No seu perfil no Facebook, o senhor diz que tratou com eles “do grupo de trabalho do governo federal que visa buscar soluções técnicas para tornar o garimpo irregular em regular”. Que grupo de trabalho o senhor se refere? Qual o posicionamento do senhor sobre isso?

O melhor caminho para dar ordenamento ambiental e segurança jurídica é a legalização.

Hoje temos diversas áreas que são passíveis de legalização pelo ordenamento jurídico, e é exatamente isso que defendemos.

O Governo precisa entender que essa atividade existe há mais de 70 anos na região, e as pessoas que aqui moram foram trazidas pelo próprio governo para aqui viver e trabalhar, assim precisa conhecer as dificuldades e os entraves enfrentadas por aqueles que desejam trabalhar de forma legal e assim fomentar a educação ambiental, fechar os olhos para a questão social e econômica, e só combater com fiscalização e perseguição, é como se fosse enxugar gelo.

O grupo de trabalho visa exatamente mostrar ao governo a realidade e as dificuldades enfrentadas pelos garimpeiros da nossa região, para que se possa buscar uma forma de garantir ao garimpeiro o desenvolvimento de sua atividade em consonância com a conservação ambiental, e uma forma de fazer isso, é exatamente através da legalização, dar responsabilidades ambientais aos trabalhadores que usam essa atividade como meio de vida.

2) A reportagem, assim como um estudo recente feito pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, trata o senhor como “um dos principais representantes do lobby pró-garimpo no Pará”. O senhor confirma essa informação? Qual o seu posicionamento sobre essa afirmação?

Sou vereador eleito democraticamente por três vezes seguidas, ignorância de quem me associa como lobby, pois desconhece que a economia da nossa região depende e sobrevive do ouro, busco a defesa de interesses legítimos, defender a mineração legalizada em nosso mandato é defender o povo, é defender o desenvolvimento da região.

3) A reportagem diz também que o senhor é “porta-voz dos garimpeiros do Tapajós em Brasília, com a ajuda, principalmente, do seu amigo e aliado político, o deputado federal Joaquim Passarinho”. O senhor confirma isso? Qual o seu posicionamento?

Sim, desde eleito (sic) em 2012 nosso mandato sempre priorizou buscar a legalização dessa atividade, pois entendemos que a ilegalidade é quem polui e impede a mineração de forma sustentável. O Deputado Passarinho entende que legalizar é a única forma de ter responsabilidade ambiental com projetos de recuperação de áreas.

4) Uma das entrevistadas da reportagem diz que o seu pai, o senhor Vicente Tomaz, é garimpeiro, assim como a sua família. O senhor confirma isso?

Minha família chegou na região garimpeira do Crepuri em 1989, meu pai há 33 anos é comerciante naquela comunidade, nunca foi garimpeiro diretamente, mas assim como a maioria da população da nossa região faz parte da cadeia produtiva do ouro, isso porque essa é a atividade que move a economia da região.

5) A entrevistada citada acima diz também que o senhor “está nessa luta para legalizar o garimpo” porque depende do ouro. Qual o seu posicionamento sobre essa fala dela?

Entendo que a população como um todo depende do ouro, o ouro é a moeda corrente da região, antes de estar político, sou morador desta região. E como já dito todo comércio local se sustenta, seja direta ou indiretamente, dessa atividade, crise na atividade garimpeira traz uma enorme recessão econômica a toda região, e prejudica mais de 300 mil famílias que na região *reside* (sic), ocasionando diversas mazelas na sociedade.

6) A reportagem fala também que o senhor está articulando, junto ao governo federal, a criação de um grupo de trabalho interministerial que visa legalizar o garimpo irregular. O senhor confirma isso? Qual o seu posicionamento?

Confirmando. Existem meios de garantir uma mineração sustentável, assim buscamos que a atividade possa ser exercida de acordo com os ditames da lei, e sobretudo com a devida conservação do meio ambiente, pois acreditamos que o desenvolvimento da atividade de forma legal é melhor, não só para o desenvolvimento econômico, mas também para o desenvolvimento social da nossa região. Uma perseguição descabida nada resolve, só faz crescer o mercado paralelo.

7) Um levantamento feito pela Agência Pública observou que o senhor tem fácil acesso às agendas de autoridades do atual governo. Segundo apuramos, foram pelo menos onze reuniões e encontros com autoridades da ANM e do Ministério de Minas e Energia, além de reuniões com ministros e ex-ministros do alto escalão do governo. A que o senhor atribui essa facilidade de diálogo com o governo? O senhor confirma as informações citadas?

O Governo federal deve e tem obrigação de ouvir e receber as demandas das lideranças políticas de todo país, nessas agendas do ministério Minas energia a pauta sempre foi relacionada a energia elétrica para região transgaripeira, uma realidade que muitos não conhecem, mas hoje em pleno século XXI, existem mais de 10 mil famílias que não têm energia elétrica que é um dos direitos mínimos existenciais que devem ser garantidos a todos os cidadãos.

8) Outra entrevistada se refere ao senhor como “uma espécie de símbolo do fortalecimento político que o garimpo predatório conquistou com o governo Bolsonaro”. Qual a sua posição sobre a afirmação dela?

Falar até papagaio fala, nosso mandato defende interesses legítimos que são previstos na constituição e na legislação ordinária, ou seja, o direito de minerar em terras que são permitidas por lei, defender o garimpo legal é nosso dever, porque o garimpo ilegal é que provoca danos ambientais.

9) A reportagem observa que a atuação do senhor e da comissão pró-garimpo conseguiu, junto à ANM, a criação de uma força tarefa pela legalização de

garimpos no Tapajós. A mesma força-tarefa pode ser atestada em documentos oficiais da ANM, que tramitam desde outubro de 2019. Qual o seu posicionamento sobre isso?

Nosso município era um dos maiores sonegadores de imposto do ouro, hoje a realidade é diferente, pois essas ações *tem* (sic) melhorado a capacidade de arrecadação, e com isso toda a população ganha, além disso, com a legalização é possível evitar evasão de divisas que é crime. A função da ANM é exatamente promover o planejamento e o fomento da exploração mineral, e nisso se inclui a legalização do garimpo, então é lá mesmo que devem ser feitas as cobranças nessa causa de buscar legalidade.

10) A comissão pró-garimpo a que me refiro na pergunta acima é formada pelo advogado Fernando Brandão, pelo empresário Roberto Carlos Katsuda e pelo engenheiro florestal Guilherme Aggens, e parece ser liderada pelo senhor, conforme apuramos. O senhor confirma essa informação?

Não existe comissão fixa, todos que querem participar na defesa da legalidade dos garimpos da nossa região *tem* (sic) liberdade para isso fazer, afinal não é crime defender o que se acredita no Brasil, tem idiotas que defendem o Lula.

11) A comissão esteve em uma agenda com a Funai para tratar da legalização de garimpos em terras indígenas. “Mais uma reunião importante na Funai para auxiliar na nova legislação que será aplicada, permitindo a exploração mineral nas áreas indígenas”, foi o que relatou o advogado Fernando Brandão no dia 17 de novembro de 2019. Vocês tiveram alguma influência na criação do PL 191/2020, que foi proposto pelo governo alguns meses após a reunião citada?

Nenhuma, e nunca estive em Funai e nunca me envolvi em discussão de *terra* (sic) indígenas, porque entendo que não existe lei que regulamente essa atividade nesse aspecto, repito a minha defesa é pela legalização dos garimpos onde ordenamento jurídico permite.

12) Em uma live no seu perfil pessoal do Facebook em 5 de junho de 2020, junto a diretores da ANM e ao deputado federal Joaquim, o senhor e os convidados questionaram a decisão da 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, de maio daquele ano, que obrigou ao governo federal ações imediatas contra o comércio ilegal de ouro e o desmatamento na Amazônia, atendendo a pedido do MPF. Qual o posicionamento do senhor sobre isso?

O MPF deveria entender melhor a origem do problema e buscar soluções para garantir o desenvolvimento social e econômico da nossa região, e não tomar medidas que não resolverão o problema de fato, e certas decisões põe em cheque a vida mais de 300 mil pessoas na região do tapajós que abrange 6 municípios no Pará.